

# **DISCIPLINA MILITAR E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA FEMINISTA E DE GÊNERO: O QUE DIZEM AS COMUNIDADES ESCOLARES EM SANTA CATARINA**

**Maria Fernanda Caxias e Silva - UFSC**  
[mfcxss@gmail.com](mailto:mfcxss@gmail.com)

**Bruna Dalmaso-Junqueira - UDESC/UFMG**  
[bdjunqueira@gmail.com](mailto:bdjunqueira@gmail.com)

**María Teresa Rojas Fabris - UAH/Chile**  
[mtrojas@uahurtado.cl](mailto:mtrojas@uahurtado.cl)

## **Introdução**

Neste trabalho, apresenta-se resultados parciais da pesquisa "As alianças conservadoras, a política e a prática educacional: um estudo de caso comparativo do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos", ainda em andamento. Nela, comunidades escolares dos três países têm sido entrevistadas sobre políticas conservadoras nos contextos educativos locais e internacionais. Aqui, apresentamos a análise de dados coletados em Santa Catarina, um dos estados brasileiros selecionados como campo empírico, e a uma agenda específica que tem sido implementada em parte das escolas públicas - a militarização.

A partir de dados construídos em etapa prévia, buscamos entender quais são e como são interpretados os argumentos usados por alianças conservadoras para obter apoio popular a suas pautas. Para Apple (2003), essas alianças são blocos hegemônicos formados local e transnacionalmente, que, de modo contingente e contraditório, criam coalizões para promover agendas educacionais alinhadas a seus projetos societários. Nelas, grupos neoliberais e conservadores costumam ser centrais. Nossa investigação tem mostrado que seus argumentos acerca de qualidade, segurança e disciplina tornam-se decisivos nas opiniões e escolhas de famílias, docentes e gestões sobre reformas educacionais. No caso presente, notamos um movimento que associa qualidade do ensino à disciplina escolar.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas (Manzini, 2012) com docentes, gestores/as e familiares das comunidades escolares investigadas. A análise dos dados combina a Análise Temática (Braun; Clarke, 2006) e a Análise Relacional (Apple, 1999; Moeller, 2008), fundamentando-se nos estudos educacionais críticos e nos estudos feministas,

de mulheres e de gênero. Este trabalho analisa trechos de entrevistas com docentes e uma gestora de escolas públicas de Santa Catarina, incluindo uma cívico-militar, que serão identificados em ordem numeral.

### **Disciplina (militar) como sinônimo de qualidade educacional**

O processo de análise de nossa pesquisa permite-nos sinalizar algumas percepções recorrentes. Dentre elas, destacamos a concepção da qualidade, que vem sendo investigada como componente da retórica da aliança conservadora no campo educacional, ora acionada por vieses conservadores, ora neoliberais (Lima et al., no prelo). No caso das entrevistas no estado de Santa Catarina, chamou-nos atenção sua frequente associação à necessidade de disciplina escolar.

Entre os fatores apontados por participantes como reflexo da falta de disciplina - e da necessidade de resgatá-la para melhorar a qualidade - destacam-se a ausência de limites dos/as estudantes e a insuficiência do diálogo como estratégia para a resolução de conflitos. Além disso, atribui-se essa realidade a uma excessiva flexibilização das hierarquias em sala de aula. O Professor 1 menciona uma “super humanização da educação”, onde a escola teria passado da rigidez extrema para um período progressista e, depois, para algo “anárquico”. Segundo a Professora 2, há uma sensação de impotência por parte de docentes diante de estudantes que desafiam de forma inadequada as regras da escola.

Tem muitos que usam de muita grosseria. [...] o professor [...] tá de mãos atadas. **Ele não pode berrar porque é assédio moral. Ele não pode tocar porque aí tem o físico. Ele não pode mais deixar de castigo** - que no nosso tempo não era deixar de castigo. Era tipo uma reflexão pra aquilo que você fez. Era uma consequência. **O que não há hoje são consequências. Eles simplesmente fazem e nós não podemos fazer absolutamente nada.**

Ainda que alguns dos relatos enunciem relações de respeito construídas através do diálogo, a narrativa mais frequente observada comunica essa sensação de impotência e de exaustão perante à falta de limites de estudantes. Desse modo, tramada por contradições (Apple; Au; Gandin, 2011), reconhecemos que a escola tem passado a ser entendida por uma parcela considerável de membros das comunidades escolares como incapaz de exercer o controle necessário para garantir disciplina e, em função disso, impossibilitada de promover um ensino de qualidade.

É nesse contexto que a disciplina militar tem crescido não somente como prática restrita às escolas cívico-militares como política educacional, mas também como parte de um discurso que tem se popularizado no senso comum acerca da educação (Lima et al., no prelo; Santos,

2020). Em um cenário de aparente descontrole - do qual convenientemente são omitidas as contradições e a precarização do trabalho docente -, o resgate da disciplina surge como uma promessa da melhoria da qualidade educacional. Para alguns sujeitos da pesquisa, como *efetivo efeito dela*. Esse é o caso de uma gestora ouvida afirmar que a presença de militares na escola melhorou a disciplina e, “com toda a certeza”, as questões da qualidade da educação de sua escola.

Como a gestora, outros sujeitos sinalizam melhorias com a adesão à gestão cívico-militar. Segundo a Professora 2, surgiram “recreios mais tranquilos”, de melhora do comportamento das/os estudantes. Essa melhora, entretanto, responde à adesão a premissas da doutrina militar, que garante disciplina através de rígidas normas e punições para possíveis transgressões - com maior exercício de controle sobre os corpos de estudantes e docentes. É em função desse controle que fazemos uso das lentes dos estudos feministas/de gênero visando complexificar essa análise.

### **A disciplina militar e a reatualização de papéis tradicionais de gênero**

Segundo a Professora 2, os militares que passaram a atuar em sua escola apresentavam um bom domínio e tom de voz de autoridade, em contraste com a postura “mãezona” usualmente associada às professoras. Ao exaltar a relação hierárquica e disciplinadora, a fala da professora evidencia um viés de herança patriarcal presente na lógica da militarização. Ali, formas de autoridade (e não autoritarismo) historicamente exercidas por mulheres no ambiente escolar são deslegitimadas e o controle autoritário – associado às figuras masculinas – é compreendido como mais eficiente do que abordagens pedagógicas dialógicas.

Buscamos problematizar essa reprodução de normas patriarcais e cis-heteronormativas, que limitam a diversidade e reforçam desigualdades. Para além da manutenção de um sistema educativo que vitimiza professoras mulheres historicamente proletarizadas e reduzidas ao papel de “tias” (Freire, 1993), o modelo disciplinar militar opera sob uma lógica de padronização de comportamentos, que restringe também a liberdade de estudantes e afeta especialmente meninas, jovens LGBTQIA+ e negros/as (Dalmaso-Junqueira; Lima, 2024). A inserção militar nas equipes pedagógicas é também simbólica como retomada de ideais conservadores de autoridade familiar. A chegada de figuras militares, em sua maioria masculinas, pode ser interpretada como uma “devolução” da educação pública que teria falhado nas mãos das professoras. Para ter qualidade, é necessária a presença dos homens militares. Assim, identificamos que além das limitações sociais e materiais de docentes na construção de relações escolares comunitárias, há um fator que opera a partir do gênero. Ao sinalizarmos que a maioria

do corpo docente brasileiro é composto por mulheres e que a maioria dos militares inseridos nesses espaços são homens, chamamos a atenção para o aprofundamento de uma percepção de incapacidade das professoras de cumprirem seu papel, tanto em relação à disciplina quanto - e por consequência - à qualidade da educação. Isso também se vê quando a Professora 2 coloca os militares de sua escola como “um pouco mais paizão, um pouco mais vozão, apesar de serem firmes” - mencionando papéis tradicionais do ideal conservador de família, voltados à manutenção da ordem social e sexual. Vê-se, uma vez mais, posições de gênero historicamente forjadas sendo reforçadas, refletindo as dinâmicas desiguais acionadas nos projetos de militarização da educação.

### **Considerações finais**

O debate sobre a qualidade educacional tem sido progressivamente atrelado ao ideário conservador de ordem, disciplina e hierarquia. Assim, escolas (militarizadas ou não) que reproduzem esses ideais têm sido concebidas como naturalmente mais qualificadas. Nesta esteira, os militares, e todo o espectro patriarcal cis-heteronormativo que evocam, são apresentados como solução para a melhoria da escola; enquanto no outro polo, professoras/es são considerados ineficientes - seja na gestão de questões disciplinares, seja na educação que “entregam” .

Embora breve, nossa discussão pretende sinalizar a seriedade dos potenciais prejuízos da inserção dessas narrativas e adoção efetiva de políticas de disciplina militar nos espaços escolares.

### **Referências**

APPLE, Michael W. **Educando à Direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo.** Porto: Porto Editora, 1999.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Abingdon, v. 3, n. 2, , p. 77-101, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Iana Gomes de et al. O vocabulário do conservadorismo na educação brasileira: um glossário em construção. **Curriculum Sem Fronteiras**. No prelo.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis educativa**, v. 15, e2015348, 2020.